AINDA DÁ TEMPO

Roberto Figueiredo Guimarães
Diretor da ABDIB e ex-Secretário do Tesouro Nacional

A economia brasileira está desacelerando de forma mais evidente. A produção industrial vem caindo desde junho e o comercio varejista está cada vez mais fraco, principalmente veículos e material de construção, com duas quedas mensais consecutivas, em ambiente de baixo desemprego e elevado endividamento das famílias.

De fato, após crescer na média de 3,6% de 2021 a 2024, o PIB cresceu 2,3% em 2025, deve crescer 1,8% em 2026 e já há estimativas de crescimento de apenas 0,5% em 2027. Essa desaceleração é forte e contínua, causada, principalmente, pelas elevadas taxas de juros.

Além das previsões de baixo crescimento, o mercado prevê inflação em torno de 5% em 2027 em decorrência dos efeitos do El Nino, desvalorização cambial, redução da jornada de trabalho, combustíveis e incertezas quanto à condução da política fiscal. Por isso, a previsão é de manutenção de elevadas taxas nominais e reais de juros em 2027.

Apesar dos recorrentes erros e exageros do mercado, a tendência indica um ano difícil, talvez menos desafiador do que sugerem as previsões, principalmente se o governo conseguir melhorar as expectativas.

O anúncio recente de medidas para a geração de superávit primário foi um bom sinal, mas ainda tímido e com algumas medidas que penalizam a produção. É preciso mais, com medidas estruturais de corte de despesas correntes, mesmo sabendo que os resultados serão obtidos ao longo do tempo.

Esse corte de despesas vai ser necessário até para podermos elevar a relação Investimento/PIB para 20%, como deseja o governo, pois isso só será possível, também ao longo do tempo, com um aumento expressivo dos investimentos públicos em complemento aos privados.

Políticas públicas de estímulos de demanda que elevem a relação Investimento/PIB a patamares acima de 20% são indispensáveis para a obtenção de um crescimento econômico de maior qualidade. Ainda dá tempo.